

Contributos para o estudo da colecção têxtil do Museu de Aveiro – Paramentos de festa¹

Maria João Mota*

Resumo O estudo que agora se apresenta pretende ser um contributo para o conhecimento da origem e história do conjunto de paramentos encomendado no séc. XVIII para servir nas festividades da Princesa Santa Joana, e que constitui o núcleo mais coeso, completo e identitário da colecção de paramentaria do Museu de Aveiro.

Abstract The study presented here is intended as a contribution to the knowledge of the origin and history of the religious vestments ordered in the XVIII century to serve in the festivities of the Princess Saint Joan, and that is the core more cohesive and complete of the religious vestments collection from the Museum of Aveiro.

O tema do presente artigo tem por base um núcleo de paramentos e alfaias religiosas pertencentes à colecção de têxteis do Museu de Aveiro².

Em unísono com o restante espólio museológico, constituído quase exclusivamente por objectos de Arte Sacra, a colecção de têxteis reúne 650 peças associadas ao culto religioso, de entre as quais se destacam os paramentos de festa. É neste grupo que devemos incluir os paramentos associados ao culto da Princesa Santa Joana, *leitmotiv* deste trabalho. Nestes, como iremos ter oportunidade de desenvolver, podemos distinguir dois conjuntos de peças realizados em épocas e contextos diferentes.

É nosso objectivo situar os conjuntos no espaço e no tempo, quer num contexto mais geral, de contornos comuns às práticas rituais dos

* Conservadora – Museu de Aveiro.

¹ Adaptação de parte da dissertação apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias de Lisboa para a obtenção do grau de mestre em museologia, intitulada *Da colecção à musealização: Paramentos e alfaias da festa da Princesa Santa Joana*. Lisboa, Outubro de 2002.

² O Museu de Aveiro encontra-se instalado no edifício do antigo Convento de Jesus de Aveiro, casa religiosa feminina fundada em 1461 e extinta em 1874. Após várias vicissitudes o edifício acabaria por ser destinado a Museu (1912) recebendo colecções oriundas de extintos conventos, igrejas e capelas de Aveiro, Coimbra e Lisboa.

restantes países da Europa católica, quer num contexto mais restrito, tentando identificar os fenómenos religiosos locais, nomeadamente os que concernem à evolução do culto da Princesa. Tentaremos assim, explorar a origem destas encomendas procurando determinar a ocasião para a qual foram feitas, os seus encomendantes, executantes e financiadores. Na prossecução destes objectivos adoptámos metodologias diferentes consoante as distintas fases do trabalho.

Sendo os testemunhos materiais do culto à Infanta – os paramentos – o ponto de partida deste ensaio, desencadeámos o estudo a partir da observação e investigação cuidada e criteriosa dos têxteis em questão. Todas as peças foram cuidadosamente examinadas e comparadas entre si, tendo em consideração as características dos materiais utilizados, os méritos de execução técnica, a sua morfologia e dimensão. Para além do recurso a uma lupa binocular de 30X, tentámos submeter as fibras têxteis e os metais utilizados no bordado a análises laboratoriais. Infelizmente, tal não nos foi possível dada a onerosidade do processo, inviabilizando assim um aprofundado conhecimento material das peças.

Da análise técnica evoluímos para a investigação histórica. Esta teve início com um rastreio das listagens, inventários e catálogos com referências a este extraordinário conjunto têxtil. Para o conhecimento do percurso das peças, desde a extinção do convento até à criação e funcionamento do Museu de Aveiro, baseámo-nos nas obras de Domingos Maurício Gomes dos Santos, *O Mosteiro de Jesus de Aveiro* (1967), e de Amaro Neves, *A Real Irmandade de Santa Joana Princesa e os seus inventários* (1987)³. Foram ainda vistos e cotejados os inventários de 1859, 1874, 1877, 1888, 1922 e 1942 existentes no arquivo do Museu de Aveiro.

Seguiu-se o levantamento da história do culto da Infanta e a identificação dos seus momentos mais significativos. Alicerçámos esse estudo na publicação, revista e prefaciada por António Gomes da Rocha Madahil, que transcreve a *Crónica Da Fundação Do Mosteiro De Jesus, De Aveiro, e Memorial Da Infanta Santa Joana Filha Del Rei Dom Afonso V*⁴ (1939). Este manuscrito original, escrito por religiosas coevas da Infanta, revela-nos a história do convento e a vida da Princesa, sendo um elemento fundamental para a elaboração do processo de beatificação. Julgámos ainda da maior utilidade analisar a tradição do bordado no Convento de Jesus

³ De realçar que, embora esta publicação nos permita o acesso à reprodução de importantes listagens, peca pela omissão das respectivas fontes as quais apresenta facsimiladas.

⁴ O manuscrito original (MA 33/CD) encontra-se na secção de reservados do Museu de Aveiro.



Fig. 1 – Casula – Lhama bordada a pontos de ouro.

e a situação económica do convento nos períodos mais significativos da história do culto. Para isso, uma vez mais nos socorremos da obra de Domingos Maurício.

Finalmente, tentámos averiguar sobre a existência de actividades económicas ligadas ao sector têxtil e do bordado na Vila e região de

Aveiro. Para tal sentimos necessidade de aprofundar os conhecimentos sobre o funcionamento dos ofícios relacionados com a transformação de materiais têxteis em peças de uso religioso⁵, tendo-nos socorrido de dois autores fundamentais, Franz-Paul Langhans (1943), e Sousa Viterbo (1920). Embora baseados nos Regimento dos Ofícios da Cidade de Lisboa, consultámos, igualmente, Regimentos de outros Municípios⁶. Munidos da informação necessária, restringimos o levantamento dessas actividades à região de Aveiro, recorrendo para tal à obra de Inês Amorim (1996), e a fontes arquivísticas. Assim, no Arquivo Distrital de Aveiro, foram analisados os *Livros de Actos e contratos e testamentos e mais actos admitidos por lei*⁷. O critério aplicado na selecção da documentação a analisar foi de ordem cronológica. A investigação foi feita no sentido de pesquisar contratos de encomenda, de quitação de encomenda, procurações dos conventos dominicanos de Aveiro, referências a profissionais associados à confecção de paramentos e bordados, fornecedores de matérias-primas e armadores. Assim, foram examinados os livros correspondentes aos quadriénios que antecederam as datas mais significativas do culto, considerando que esses períodos nos permitiriam aceder à documentação de contratação de uma encomenda de tão grande envergadura.

Análise material e técnica dos paramentos

Antes de iniciar o estudo técnico dos paramentos, é importante referir que, apesar de constituir um grupo homogéneo, este conjunto têxtil resulta da junção de dois conjuntos distintos. O primeiro, mais numeroso, é formado por vinte e sete peças em lhama de prata e seda bordadas a prata dourada. Dele fazem parte uma capa de asperges, uma casula,

⁵ Os resultados desta pesquisa podem ser consultados nos anexos da já referida tese de mestrado (MOTA, 2002).

⁶ Braga, 1953; Lucena e Vale, 1945.

⁷ Liv. 180-24 (11.06.1690 / 15.03.1691) – Manuel de Matos Girão (notário); Liv. 181-25 (05.04.1691 / 07.02.1692) – Manuel de Matos Girão (notário); Liv. 182-26 (19.05.1691 / 24.10.1691) – António da Silva (notário); Liv. 183-27 (26.06.1695 / 20.12.1695) – Domingos João de Macedo (notário); Liv. 211 (08.01.1707 / 14.05.1708) – Francisco Lopes dos Santos (notário); Liv. 212-46 (15.01.1707 / 05.04.1707) – Domingos João de Macedo (notário); Liv. 213-45 (18.04.1707 / 08.09.1707) – Domingos João de Macedo (notário); Liv. 214-47 (23.11.1707 / 25.10.1709) – Manuel de Azevedo Botelho (notário); Liv. 215-48 (29.08.1708 / 20.12.1709) – Manuel Correia da Fonseca (notário); Liv. 216-50 (27.10.1709 / 10.06.1711) – Manuel de Azevedo Botelho (notário); Liv. 217-49 (29.12.1709 / 26.11.1710) – Manuel Correia da Fonseca (notário); Liv. 218 (16.12.1710 / 27.12.1711) – Francisco Lopes dos Santos (notário); Liv. 219 (02.07.1711 / 05.03.1712) – Manuel de Azevedo Botelho (notário); Liv. 220 (03.08.1711 / 05.03.1713) – Manuel Correia da Fonseca (notário).



Fig. 2 - Laço de pálio - Lhama bordada a pontos de ouro.



Figs. 3 e 4 - Pormenor do manípulo - Lhama bordada a pontos de ouro.



duas dalmáticas, três manípulos, três estolas, três colarinhos e um gremial. Acrescem-lhe, ainda, um frontal de altar, um pano de púlpito, um pano de estante, um pálio de oito varas com os respectivos laços e uma manga de cruz. O segundo conjunto é constituído por quatro elementos confeccionados em seda canelada, que reproduzem de forma quase fiel a decoração e técnica do conjunto anterior. São eles uma capa de asperges, uma casula, e os respectivos estola e manípulo.

Por se destacar pelo número de elementos e qualidade, iniciámos o estudo com o conjunto em lhama. Analisadas e cotejadas todas as peças⁸ verificámos que o bordado apresenta características técnicas e formais semelhantes. Certamente que intencionalmente, as peças de maior destaque na cerimónia litúrgica e processional apresentam um nível de execução técnica mais elevado e a adopção de pontos de ouro mais onerosos, como é o caso do ponto de canutilho, de uso restrito aos sebastos e motivos decorativos centrais. As diferenças na qualidade da execução evidenciam o trabalho de várias mãos. Nalguns casos, apesar do debuxo ser respeitado, o seu preenchimento a pontos de ouro não tem em conta o princípio da simetria. O caso mais flagrante é o da estola Inv.º N.º 5j/C, na qual deverão ter intervido duas pessoas, cada uma responsável pela execução de metade da peça.

Igualmente interessante será notar que as estolas e manípulos são as peças onde é visível um menor rigor técnico, o que poderá ser justificado

⁸ Sendo o objectivo deste trabalho chegar ao contexto de produção dos paramentos de festa da Princesa, optámos por não nos alongar com a sua descrição minuciosa, apresentando apenas os resultados do estudo material e técnico. No entanto, a descrição pormenorizada das mesmas poderá ser consultada em MOTA (2002).

quer pela forma como estes adereços eram usados nas cerimónias religiosas (a estola sob a casula e o manípulo com uma função eminentemente prática), quer pelo facto de, na organização oficial, os trabalhos menos exigentes serem assegurados por aprendizes ou oficiais menos qualificados.

Ainda em termos de execução, existem duas características comuns a todo o conjunto, nomeadamente a sujeição⁹ da generalidade dos pontos de ouro a fio de seda de tom cru com fraca torção e a sujeição da lâmina dourada a fio de seda amarelo mais fino. Esta diferença tem certamente uma justificação técnica. Um outro aspecto importante a analisar, na medida em que poderá trazer alguma luz sobre a proveniência, se não das peças, dos tecidos utilizados, é a questão da largura dos panos e das respectivas ourelas¹⁰. De facto, ao contrário do que poderíamos pensar, nem todos os elementos foram realizados com o mesmo tecido. Assim, embora a largura dos panos apresente uma medida normalizada de 52 cm, as ourelas, de 0.5 cm, apresentam aspectos diversos. Dir-se-ia que poderíamos agrupar as peças em três conjuntos: a capa de asperges, as dalmáticas e as estolas ostentam ourela de remate liso, de tom cru. O pálio, o pano de estante, o gremial, os manípulos, o pano de púlpito, a casula e os colarinhos exibem uma ourela de remate ondulado de tom cru. Finalmente, a manga de cruz e os laços do pálio que apresentam ourelas de remate ondulado em tom cru, com risca vermelha.

Esta constatação leva-nos a ponderar várias hipóteses: teriam as peças sido feitas todas no mesmo local, sendo os tecidos adquiridos a fornecedores diferentes à medida que o trabalho decorria? Ou seria a totalidade da encomenda dividida por várias oficinas ou executantes, que se encarregariam igualmente da compra da matéria prima?¹¹ Mas neste caso, como se explicaria a coincidência na qualidade e cor dos fios de sujeição dos pontos de ouro?

Quanto ao conjunto em seda canelada, embora nos aspectos formal e decorativo se assemelhe muito ao anterior, nota-se em vários motivos

⁹ Forma como os elementos metálicos, nomeadamente o fio laminado, a lâmina dourada, entre outros, são fixados ao tecido base.

¹⁰ Remate lateral dos tecidos que nos pode permitir identificar o tear de origem.

¹¹ Apenas a título de comparação, não deixa de ser curioso referir dois contratos de encomenda de paramentos feitos com diferença de quatro dias pelo mesmo encomendante, o Cabido da Sé de Braga, a dois bordadores diferentes. As condições de ambos os contratos poderão demonstrar práticas comuns à época: o risco das peças é feito pelo bordador e posteriormente aprovado pelo encomendante; os materiais são indicados pelo encomendante e comprados pelo bordador; o acerto do preço tem como referência os preços praticados em Lisboa, sendo a unidade de medida o côvado bordado. (Alves, 1991)

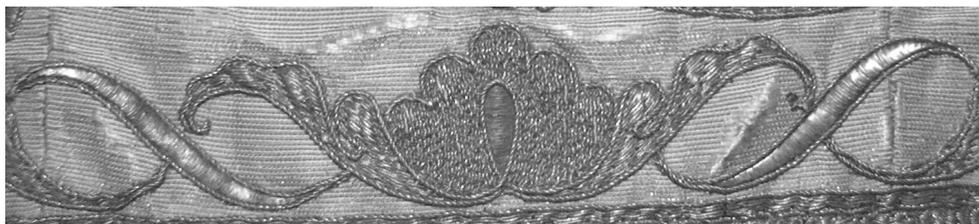


Fig. 5 - Pormenor do manípulo - Lhama bordada a pontos de ouro

alguma liberdade no preenchimento dos pontos de ouro. Por vezes o próprio debuxo sofre ligeiras alterações, embora muito pontuais. A capa de asperges (n.º inv. 45/C) é um caso particular, já que algumas das suas alterações decorrem da necessidade de aumentar a altura da peça. Assim, a introdução de um elemento decorativo no centro do sebasto - uma flor quadrilobada - parece ter servido esse propósito¹². Para além deste aspecto, são visíveis ainda algumas diferenças no bordado, presentes em alguns dos motivos florais. Já o manípulo e a estola diferem dos seus semelhantes em lhama nos pontos de ouro aplicados nas principais flores, nomeadamente no friso inferior (no 1º caso com decoração a cheio e no 2º com centros vazados) e na franja, que apresenta, para além do fio laminado dourado torcido, cadilhos de flores.

Relativamente à seda canelada utilizada, todas as peças apresentam idêntica largura de pano e ourelas. Tratando-se de uma encomenda pequena, é provável que esta tivesse sido executada por uma única oficina e o tecido adquirido numa única compra.

Uma outra leitura das especificidades dos materiais e técnicas, empregues na confecção dos conjuntos e da sua decoração, permite-nos enquadrar a tipologia dos paramentos em lhama no período barroco. Os efeitos lumínicos deste tecido nobre, utilizado sobretudo nos séculos XVII e XVIII, eram consentâneos com o espírito aparatoso e festivo, essencial ao espectáculo e dramatismo cenográfico barrocos. A profusão e riqueza dos elementos decorativos bordados acentuava o carácter feérico das peças ao mesmo tempo que aumentava o fascínio dos crentes. Já a

¹² Até ao século XVII, Portugal não consegue acompanhar a qualidade e quantidade dos têxteis importados. Só no último quartel do séc. XVII, com D. Pedro II, se desenvolve uma política industrial consistente, fortemente proteccionista, que permite, através do recurso a técnicas mais modernas, um aumento significativo da produtividade. Simultaneamente, em alguns centros, desenvolve-se um sector oficial na área da confecção de paramentos e bordados. No reinado de D. João V, e apesar da criação de várias manufacturas, entre as quais, em 1734, a Real Fábrica do Rato, a indústria atravessa um período de fraco desenvolvimento. Importante será realçar que um alvará de 25 de Fevereiro de 1734 autorizou, pela primeira vez em Portugal, a laboração de fábricas de seda com ouro e prata. (REIS, 1984)

seda canelada parece indiciar uma necessidade de contenção de gastos ou denunciar a queda em desuso da lhama, situação que ocorre a partir de finais do século XVIII, início do séc XIX.

Investigação histórica

A origem do conjunto

A associação destes conjuntos de paramentos às festividades da Princesa chega-nos através de inúmeras referências bibliográficas sem que, no entanto, sejam reveladas fontes documentais que sustentem tais informações. Por este motivo, e com o intuito de confirmarmos essa ligação, iniciámos a investigação procedendo à recolha de elementos em inventários antigos, listagens e catálogos de exposições.

A primeira listagem de bens conventuais existente no arquivo do Museu data de 1859. A 23 de Março desse mesmo ano, no seguimento da legislação liberal que ditava a extinção das ordens religiosas, a Fazenda Pública manda fazer o inventário dos bens móveis do Convento de Jesus de Aveiro. O inventário é feito na casa da grade, com a vida conventual ainda a decorrer. Não se trata por isso de um documento exaustivo, pelo contrário, declara apenas parte das peças existentes no convento (SANTOS, 1967, p. 613). Nesta relação, de entre as trinta peças referidas na secção de «Paramentos e estofos», destacam-se os paramentos e alfaias têxteis associados à festa de Santa Joana, a saber:

- N.º 12 *Um pálio, dourado, no valor de 150\$000*
- N.º 15 *Uma casula com duas dalmáticas, uma capa de asperges, manga de cruz, um pano de púlpito, um frontal, com estolas e manípulos, de lhama de prata dourada no valor de 200\$000.*
- N.º 16 *Um véu de ombros de ló pertencente ao mesmo paramento, no valor de 4\$000.*
- N.º 17 *Dois hábitos e duas capas de Santa Joana Princesa e S. Domingos, no valor de 150\$000.*
- N.º 18 *Dezasseis cortinas de damasco branco, douradas, pertencentes a altares, portas e janelas no valor de 52\$800.*
- N.º 19 *Três frontais de prata dourada pertencentes aos altares colaterais no valor de 18\$000.*
- N.º 20 *Um ornamento de prata pertencente ao arco cruzeiro, no valor de 12\$000.*

Já em 1874, com o encerramento do Convento de Jesus, o Delegado do Tesouro Público, por ordem superior, manda efectuar um inventário dos bens móveis, incluindo as alfaias religiosas e demais objectos de culto (SANTOS, 1967, p. 618). Estão presentes as autoridades religiosas, o Delegado e as três residentes mais antigas do convento que, por terem mais conhecimentos dos objectos, são notificadas pela autoridade civil a discriminar todos os bens móveis e imóveis do cenóbio. Para além dos objectos móveis incluídos no anterior inventário, num total de 79 (se excluirmos os livros), são adicionadas mais 176 peças. Serve este novo inventário não só de complemento ao anterior, mas de actualização dos valores pecuniários atribuídos às peças. Por essa razão, o inventário apresenta-se dividido em duas partes: «Objectos compreendidos no primitivo inventário» e «Inventário adicional». Na primeira listagem, é referida uma secção B, de «paramentos e estofos», com apenas 12 peças, e uma secção C, denominada «Objectos de damasco, seda, veludilho, etc.», da qual constam mais 17 peças, num total de 29 objectos.

Assim, na listagem do primitivo inventário podemos constatar, mais uma vez, a existência dos mesmos objectos associados ao culto da Infanta, aos quais foram atribuídos valores idênticos aos de 1859. Já no denominado «inventário adicional», na secção das «sedas», com o n.º 104, vêm referidas oito cortinas “doiradas” pertencentes ao culto especial de Santa Joana.

Curioso é o facto de, após a conclusão do inventário, terem sido rectificadas os valores atribuídos aos objectos acima referidos com os nºs 12, 15 e 17, então considerados subavaliados, passando estes a ter o valor de 1300\$000. Esta alteração é significativa, já que a avaliação destas três rubricas é equivalente ao valor da totalidade dos objectos inventariados em 1859 (1344\$620) e representa uma percentagem significativa do valor atribuído à totalidade dos objectos listados em 1874 (4.806\$995) onde se incluem peças de joalharia, ourivesaria, pintura e escultura, entre outras.

Feito o inventário de todos os bens, e de acordo com os procedimentos legais habituais, a Fazenda Nacional toma finalmente conta do edifício e do seu recheio. O Ministro dos Negócios Eclesiásticos e da Justiça manda «acautelar a guarda, arrecadação e administração provisória dos bens e rendimentos daquele convento» (GASPAR, 1969, p. 200). Quanto às alfaias de culto, paramentos, jóias, objectos decorativos e artísticos, o Director Geral dos Negócios Eclesiásticos autoriza a sua permanência

no edifício, confiando-os à guarda das senhoras recolhidas, que haviam permanecido no convento após a morte da última freira, cabendo ao Prelado da Diocese a superintendência desses valores.

Apesar da comodidade da situação, a fraca consistência jurídica do acto torna urgente a definição da situação de modo a garantir a salvaguarda dos bens materiais. A solução acaba por passar pela constituição da Irmandade de Santa Joana Princesa¹³. Desde logo a Irmandade procede à realização de um novo inventário, intitulado “Inventário das alfaias, paramentos e demais objectos de culto que foram do Convento de Jesus escolhidos e designados pelo Reverendíssimo Vigário Geral do Bispado e entregues pelas senhoras recolhidas no mesmo convento, por depósito, à Real Irmandade da Santa Joana Princesa em conformidade com a Portaria do Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Justiça de 30 de Maio de 1877”. (SANTOS, 1967, p. 453). Nesta listagem constam, entre as peças têxteis, os seguintes objectos:

- N.º 12 *Um pálio dourado que julgaram valer 450\$000.*
- N.º 13 *Uma casula, duas dalmáticas, uma capa de asperges, manga de cruz, com pano de púlpito, com frontal, com estolas e manípulos de lhama de prata dourada que julgam valer 600\$000.*
- N.º 14 *Um véu de ombros de ló, pertencente ao mesmo paramento que julgaram valer 4\$000.*
- N.º 15 *Os dois hábitos e capas de Santa Joana Princesa e S. Domingos, que julgaram valer 250\$000.*
- N.º 16 *Dezasseis cortinas de damasco que julgaram valer 52\$000.*
- N.º 17 *Três frontais de prata dourada que julgaram valer 18\$000.*
- N.º 18 *Um ornamento (cortinado) que julgaram valer 12\$000.*
- N.º 125 *Oito cortinas douradas do culto especial de Santa Joana.*
- N.º 147 *Quatro tapetes que servem somente nas festas da Santa Joana e S. Domingos avaliados em 24\$000.*

Como facilmente se verifica, para além de inflacionados, os valores atribuídos às peças sofrem significativas alterações, quando considerados proporcionalmente entre si. Para além disso, à listagem anterior são acrescentados novos têxteis, nomeadamente tapetes e cortinas.

¹³ Os seus estatutos só seriam impressos em 1882.

Em 1888 é realizado um novo inventário (NEVES, 1987, p. 113-132), que reorganiza o anterior. Pretendia-se inventariar os objectos que não haviam entrado na listagem prévia, actualizar os respectivos valores, bem como abater à carga aqueles que, «por muito velhos» ou simplesmente por «não poderem servir», ficavam destinados a «reformas». De entre as secções referidas no documento, destacam-se a dos «Paramentos» (n.º 53 a 81) e a dos «Ornamentos e alfaias de culto» (do n.º 82 ao 119). No texto de encerramento surgem indicadas várias peças que não haviam sido referidas no inventário de 1877, entre as quais as descritas com os números 91 (dois sebastos com tecido de prata, galões e franja dos dois andores de Santa Joana – não avaliados), 93 (Vinte e seis cortinas de damasco branco, doirado, dos altares, janelas e portas no valor de 52\$00) e 95 (quatro cortinas e quatro sanefas douradas do túmulo de Santa Joana e mais seis roxas com pavilhão, estas em mau estado no valor de 10\$000). Do mesmo documento consta uma listagem dos objectos adquiridos pela Irmandade, na qual se destaca, com o n.º 164, a «bandeira da Real Irmandade bordada a ouro, com franja de ouro e cruz de prata no valor de 22\$670»¹⁴. Ainda num outro rol de objectos, adquiridos pela Irmandade durante os anos de 1889 e 1890, surgem entre outras peças relacionadas com a festa de Santa Joana, dois novos andores feitos em 1890. Em todas as listagens não é referida qualquer encomenda de novos paramentos.

A primeira relação de peças, realizada já depois da fundação do Museu, surge em 1918. Trata-se de um conjunto de apontamentos manuscritos em pequenas folhas avulsas, escrito pelo primeiro Director do Museu, Marques Gomes¹⁵. Aqui se enumeram as peças expostas em cada sala. O conjunto em lhama surge referido na “Sala C - armação e indumentária eclesiástica”, com número de ordem salteado, o que nos leva a pensar que a sua exposição não seria em conjunto mas dispersa pelo salão, intercalada com outras peças. Todo este espólio só voltará a ser listado vários anos após a sua inclusão no Museu Regional de Aveiro, nomeadamente em 1922¹⁶, sob a direcção de Marques Gomes, e, em 1942¹⁷, com Alberto Souto. Nestes surgem registadas todas as peças

¹⁴ De acordo com uma nota manuscrita existente no arquivo do Museu de Aveiro (sem cota), esta peça, actualmente com o n.º de inv. 211/C, foi bordada no Porto em 1876.

¹⁵ Estes apontamentos manuscritos encontram-se no arquivo administrativo do Museu de Aveiro.

¹⁶ *Aos vinte...*(1922)

¹⁷ *Inventário...*(1942)

pertencentes à família de paramentos em lhama de seda e prata bordada a ouro, confirmando-se a ausência do conjunto em seda canelada.

Complementando os dados saídos das referidas listagens/inventários, socorremo-nos dos catálogos das três grandes exposições de arte ocorridas em 1882 e 1895. Assim, em 1882 são organizadas duas grandes exposições de arte, em Lisboa e em Aveiro, respectivamente a “Exposição retrospectiva da arte ornamental portuguesa e espanhola” e a “Exposição distrital de Aveiro”¹⁸. Para ambos os eventos foram cedidas várias peças pertencentes ao extinto Convento de Jesus de Aveiro, nomeadamente paramentos conventuais. Contudo, apenas para a exposição de Aveiro foi requerida uma peça associada ao culto da Infanta, a capa de asperges em lhama de prata, então referida como pertença da Irmandade de Santa Joana.

Treze anos mais tarde (1895), já com o convento transformado em Colégio de Santa Joana, é organizada por Marques Gomes e Joaquim de Vasconcelos a “Exposição de Arte Religiosa em benefício dos pobres de Aveiro”. No respectivo catálogo da exposição são referidos na secção de tecidos e bordados, uma casula (cat. 64), um pano de púlpito (cat. 84), duas dalmáticas (cat. 85), uma capa de asperges (cat. 86), um gremial (cat. 87), um frontal (cat. 95), um pálio de oito varas (cat. 99), todos em lhama de prata profusamente bordada a ouro, pertencentes à Real Irmandade de Santa Joana. (GOMES, 1895) A respeito dos paramentos, Joaquim de Vasconcelos no citado catálogo refere que (...) *O convento de Jesus foi sempre desde o seu começo uma verdadeira escola de labor; quasi todos, senão todos, os riquíssimos paramentos, hoje da Real Irmandade de Santa Joanna Princeza, e que, formavam um dos melhores patrimónios d'aquella casa religiosa, foram executados ali.*(...) (GOMES, 1895, p.85). Contudo, esta afirmação não nos refere qual a sua fundamentação. O autor escreve ainda a este propósito que a riquíssima colecção de paramentos feitos em Roma para a Igreja de S. Roque, em Lisboa, formara escola em Portugal e que em vários pontos do país começaram a aparecer trabalhos muito semelhantes a estes, sendo raro o paramento feito em Portugal, na segunda metade do século XVIII, que não fosse em lhama e o bordado uma imitação mais ou menos remota dos de S. Roque.

¹⁸ Marques Gomes, de parceria com Joaquim de Vasconcelos, publica no ano seguinte (1883) o *Catálogo Exposição Districtal de Aveiro em 1882: relíquias da arte nacional*, ocupando-se da história de Aveiro e dos objectos de mobiliário e cerâmica expostos. Joaquim de Vasconcelos toma à sua responsabilidade os tecidos, a ourivesaria, as armas, os bronzes, as obras de latão e vidro. Um outro catálogo da mesma exposição intitulado *Exposição Districtal de Aveiro, em 1882* (1883), é obra exclusiva de Marques Gomes. (SANTOS, 1967, p. 472).



Fig. 6 - Pormenor do sebasto da casula - Lhama bordada a pontos de ouro.

Segundo este mesmo autor seria este o caso dos paramentos descritos, pertencentes à Real Irmandade de Santa Joana.

Ao pretendermos ir o mais longe possível, percorremos ainda parte do arquivo administrativo do Museu de Aveiro, que reúne documentação desde 1912. Aí foram encontrados diversos officios e cartas solicitando o empréstimo dos paramentos de festa da Princesa para várias celebrações. Uma carta enviada pelo Presidente da Comissão Pós-restauração do Bispado de Aveiro ao Director geral do Ensino Superior e de Belas Artes, de 2 de Dezembro de 1938, solicita o empréstimo de uma mitra, duas dalmáticas brancas, uma capa de asperges branca e um véu de ombros branco para servirem na missa e procissão que marcará a entrada solene em Aveiro de D. João Evangelista de Lima Vidal, executor da Bula da restauração da Diocese de Aveiro. Já a 14 de Junho de 1940, uma carta do Arcebispo Bispo de Aveiro, D. João Evangelista, dirigida ao Director do Museu de Aveiro, Dr. Alberto Souto, solicita o empréstimo dos paramentos da festa da Princesa a fim de serem usados no Solene Pontifical e na procissão, presididos pelo Cardeal Patriarca de Lisboa. Finalmente, uma outra carta do Vigário Geral da Diocese de Aveiro, dirigida a este mesmo Director do Museu e datada de 4 de Março de 1953, solicita os paramentos da Princesa para a cerimónia da consagração do Sr. Bispo auxiliar de Aveiro, seguida de cortejo dos prelados.

De realçar que todos os pedidos foram deferidos pelo Director do Museu, após autorização superior, mas não sem que este deixasse de advertir a excepcionalidade de tal autorização, já que, por tradição, os paramentos deveriam ser usados apenas nas festas da Princesa e que esses empréstimos contribuíam para o agravamento do seu deficiente estado de conservação.

O culto da Princesa Santa

Como pudémos verificar as referências mais antigas que associam estes paramentos às festividades da Princesa Santa surgem pela primeira vez no inventário de 1859, numa listagem feita com a vida conventual ainda a decorrer. Não temos qualquer dúvida que as indicações dadas pelas religiosas que participaram na elaboração desse rol, corroboram a tradição da pertença dessas peças às festividades da Princesa. A tradição desse uso teria certamente passado de geração em geração, repetindo-se todos os anos o mesmo ritual.

Com esta confirmação, procurámos identificar o acontecimento que pode ter levado à sua encomenda, fazendo o reconhecimento da história do culto da Princesa e distinguindo os momentos cruciais dessa devoção.

Filha de D. Afonso V, a Princesa, jurada herdeira do trono, desde muito jovem, se inclina para a vida religiosa, entrando no Convento de Jesus de Aveiro em 1472. Embora impedida de professar, D. Joana permanece no convento, entregando-se a práticas religiosas, penitências, jejuns frequentes e a trabalhos humildes, nunca deixando de demonstrar um profundo espírito caritativo. A sua conduta valeu-lhe a fama de Santidade por toda a Vila de Aveiro. Tomada como exemplo de vida para muitas outras mulheres de elevada condição social, a Princesa torna-se uma figura ímpar na história do Convento, arrastando consigo numerosas vocações, significativos dotes e alfaias de apreciável valor, responsáveis por um maior desafogo económico do mosteiro e pela consolidação do seu património (SANTOS, 1967, p.82, 115).

Desde a sua morte, a 12 de Maio de 1490, que as manifestações de culto se multiplicam entre as religiosas de Jesus. Junto da sua campa, em frente ao comungatório menor do coro-baixo, são frequentes as demonstrações de piedade e de fé (SANTOS, 1967, p.109). Objectos directamente associados à Princesa ou à sua vida constituem fonte milagrosa para a cura de males físicos. Os resultados benéficos e milagreiros das suas relíquias são divulgados dentro e fora do Convento. Depressa se começa a celebrar o dia da sua morte. A 12 de Maio, flores e velas são colocadas sobre a campa. Um altar é montado junto do túmulo, onde se expõe o retrato da Princesa. Uma missa de Requiem integra a celebração, sufragando a sua alma, sendo esta mais tarde substituída por uma missa de Todos-os-Santos (SANTOS, 1967, p. 186). Em 1577, a cura milagrosa da Priora Sórora Jerónima de Castro origina um novo fervor (ALMEIDA, 1967, p. 495). As manifestações de



Fig. 7 – Pormenor do pano de estante Lhama bordada a pontos de ouro.



Fig. 8 – Pormenor do sebasto da casula Lhama bordada a pontos de ouro.

piedade ampliam-se e levam à primeira transferência das relíquias da campa rasa para um pequeno caixão. Nesta altura, a terra recolhida da sepultura é transferida para um vaso, sendo a partir de então alvo da maior devoção, dada a associação desta terra a propriedades curativas e milagrosas. Em 1602 o ataúde é trasladado para o centro do coro baixo. A esta trasladação assiste o Bispo de Coimbra, D. Afonso de Castelo Branco (SANTOS, 1967, p. 203).

Vinte e dois anos mais tarde, em 1624, a Priora D. Inês de Noronha promove, com o apoio de Filipe II de Portugal, nova transferência das relíquias para um caixão mais digno. Contudo, é em 1625, por altura das festas de canonização de Santa Isabel, que as freiras de Jesus, e particularmente a Madre D. Mariana de Coutinho, intercedem junto do Bispo-conde, apoiadas pelo Juiz, Procurador e Vereadores da Câmara, no sentido de ser dado início ao processo de beatificação (SANTOS, 1967, p.187). Esta demanda leva, todavia, o seu tempo, já que serão necessários dois processos distintos para se atingir este objectivo (SOUTO, 1952, Vol. XVIII, p. 246 -247). O primeiro, iniciado em 1626, assenta na tentativa de comprovação da santidade da Princesa. Contudo, a falta de rigor canónico na apresentação do processo impede a sua aprovação pela Sagrada Congregação dos Ritos, ditando a sua paragem.

Torna-se, então, necessário optar por uma nova estratégia, desta feita alicerçada, já não nas evidências de santidade ao longo da vida ou após a morte da Infanta, mas no seu culto imemorial, ou seja, *per viam cultos*. Esta nova investida inicia-se em 1634. Mais uma vez, a ineficaz condução do processo, a falta de recursos e o facto de Portugal e a Santa

Sé se encontrarem numa fase de difíceis relações diplomáticas, obrigam a nova interrupção. A causa só é retomada após o restabelecimento das relações diplomáticas com a Cúria Pontifícia em 1686, desta vez baseada no princípio de *casus exceptus*. A 20 de Dezembro de 1692, a Sagrada Congregação dos Ritos dá o seu parecer favorável, submetendo-a em seguida ao Papa que, a 31 de Dezembro, a sanciona «*vivae vocis oraculo*». Contudo, só a 4 de Abril de 1693, com Sórora Ana de Belém como priora, é editado o Breve de Beatificação *Sacrosancti Apostolatus cura* (SOUTO, 1952, Vol. XVIII, p. 217) sendo autorizado o culto público à Infanta, como Beata. Nesse mesmo ano eleva-se o primeiro altar oficial de talha resplandecente de ouro em frente à porta principal da Igreja de Jesus, com a respectiva imagem primorosamente estofada, sendo promovidas as primeiras festas em sua honra (MADAHIL, 1939, p. 270; SANTOS, 1967, p. 79). Este acontecimento é celebrado não só em Aveiro, mas em todo o Reino e na Ordem Dominicana em especial. O Paço Real é o primeiro a dar o exemplo. D. Pedro II manda celebrar faustosamente o evento, o mesmo acontecendo no Convento de S. Domingos de Lisboa e no Convento de Jesus de Aveiro.

No ano de 1694, durante o priorado de Sórora Lourença da Silva ou dos Mártires, é celebrada a festa inaugural do culto oficial da Princesa (SANTOS, 1967, p. 217). Para abrilhantar a festa vem de Coimbra o coro da catedral para o oitavário, que culmina a 12 de Maio com uma espectacular procissão com figuras delineadas por Sebastião Pacheco Varela (QUADROS, s.d., p. 48). Desta constavam vários andores com os principais passos da vida da Infanta e, por último, um carro triunfante com a imagem da Santa, escultura para a qual se havia levantado o altar na igreja (MADAHIL, 1939, p. 270).

Urge estipular a liturgia da festa. Por insistência de D. Pedro II e da Rainha D. Maria Sofia, o Papa Inocêncio XI ordena que a 12 de Maio se possa dizer ofício e missa próprios, de *communi unius virginis non martyris*, em todas as igrejas do reino de Portugal e *Tantum*, com rito “semi duplex” nas igrejas dominicanas. Este procedimento obriga a um pedido especial à Sagrada Congregação para a concessão de uma autorização para a prática do “rito duplex” a um dominicano, procedimento que nunca havia sido autorizado. Para celebrar esta graça o convento promove um novo tríduo, ao qual assiste o prelado de Coimbra. Os festejos estendem-se a todo o país, sendo convidados os mais ilustres oradores para participar nas cerimónias.

Concluído o processo de beatificação, surge, em 1697, a ideia de se fazer um túmulo mais condigno para acolher as relíquias da Princesa. Por intercessão das freiras de Jesus, na pessoa da priora Sória Mariana de S. José¹⁹ (SANTOS, 1967, p. 260), e do Prior de S. Domingos de Aveiro, Frei António Pedro Monteiro, D. Pedro II manda encomendar a suas expensas um túmulo com traça do arquitecto régio João Antunes. Esta obra em primorosa técnica de embrechados de mármore polícromo, que custaria ao «real bolsinho» 4.800.000 réis (MADAHIL, 1939, p. 266), ficaria concluída em 1711. Enquanto se esperava a sua conclusão, entre 1704 e 1705, o rei manda fazer a renovação e aformoseamento do coro-baixo, sala na qual seria colocado o novo mausoléu.

A trasladação para o novo túmulo, em 1711, dá lugar a novos festejos, presididos por D. António de Vasconcelos e Sousa, 7º neto de D. Afonso V e Bispo de Coimbra. Assistem às celebrações quatro abades de S. Bento e de Cister (MADAHIL, 1939, p. 271). A cerimónia tem início com uma procissão, na qual a comunidade de Jesus é precedida pelo caixão, levado pelos cônegos e dignidades, seguindo-se o Bispo e o senado de Aveiro. O cortejo dá a volta pelas varandas do claustro superior, rica e vistosamente adornadas de sedas e pinturas, descendo até ao claustro inferior, atapetado de flores e animado de “figuras que igualmente divertiam a vista e lisonjeavam o olfacto” (MADAHIL, 1939, p. 166). No coro-baixo, em frente ao túmulo, ergue-se um altar destinado a colocar o caixão para ser venerado pelo público durante o tríduo que se segue. Nos dois dias seguintes prosseguem as cerimónias na Igreja de Jesus, adornada a primor com telas de fantasia e brocados de flores, entre lustres acesos e centenas de velas, onde não falta a presença do Cabido de Coimbra, como fora da vontade de D. João V. Participam nas celebrações a Capela episcopal de Coimbra e três músicos da Capela Real. Só no último dia se procede à trasladação da Infanta. A afluência do povo e a presença de nobres é notável. O prelado chega «com todo o seu estado, grave família, rica carruagem» (MADAHIL, 1939, p. 274). Recebe-o à porta do templo, como de costume, o cabido. Chegada a hora dá-se início à missa solene, majestosamente servida pelas admiráveis e ricas peças de que se compunham os pontificais.

Na continuação dos festejos, de tarde, acabado o sermão pregado por um cônego de Santo Agostinho, dá entrada na igreja o Bispo-conde, secundado pelos cônegos, que envergam capas de tela branca debaixo de cruz alta. Entram pela portaria do convento onde a comunidade os

¹⁹ Priora entre 1697 e 1699.

espera também com a sua cruz assistida pelo Prior Provincial, pelo prior de Aveiro e outros dominicanos, bem como pelo senado da Câmara que, durante os três dias, assistira às cerimónias (MADAHIL, 1939, p. 167). Seis cavaleiros da Ordem de Cristo são destinados, pelo prelado, a segurar as varas do pálio²⁰. Sai o andor com as relíquias em procissão do coro baixo para o claustro e dali à rua, precedida de danças, charamelas e trombetas, seguidas da comunidade dominicana, que acorre de todos os conventos do país, carmelitas, capuchos e muitos nobres e eclesiásticos de Ordens Terceiras. Seguem-se mais de quinhentos clérigos, já que o prelado havia ordenado que os padres e frades das freguesias circunvizinhas se incorporassem na procissão.

Ao cabido segue-se o pálio, sob o qual é levado o caixão em ombros, por quatro mitrados. Atrás do pálio, o bispo com o senado e o inumerável povo. As ruas são guardadas por duas alas de infantaria. A procissão segue para a igreja de S. Miguel e volta pela rua das Carmelitas. Chegada ao convento, recolhe ao coro-baixo sendo as relíquias encerradas no túmulo. Acabadas as cerimónias, o Bispo-Conde propõe que o tríduo anual de Maio passe a correr por sua conta, com pontifical celebrado por si na Igreja de Jesus. Também o cabido intercede junto do prelado no sentido de, entre as romarias que já faziam parte dos seus estatutos, lhes fosse concedida também a da Beata Joana, autorizando a que, durante 12 dias, todos os capitulares e demais beneficiários da Sé que participassem na romaria não sofressem qualquer quebra nos proventos, desde que apresentassem certidão da Madre Priora de Jesus em como haviam visitado o sepulcro. O pedido é deferido.

Após a trasladação, e durante o priorado de Sórora Angela do Sacramento²¹, promovem-se as mais sumptuosas festas em honra da Princesa. No priorado de Sórora Angela Maria do Baptista²² dá-se uma importante renovação material. D. Gabriel Ponce de Leon de Lencastre, confirmado Duque de Aveiro por carta régia de D. João V, em 1732, e chegado a Portugal nesse mesmo ano, promove grandiosas cerimónias religiosas em

²⁰ Este pormenor da descrição do pálio usado na procissão é extremamente importante já que este é identificado como sendo de seis varas e não de oito como o que faz parte da colecção em estudo. Fica assim descartado o uso do pálio de lhama nesta ocasião, o que nos leva a supor que todo o conjunto poderá ter sido encomendado para uma ocasião posterior.

²¹ Priora entre 1702/1704; 1705/1707 (reeleita) e 1713/1717 (reeleita pela 3ª vez).

²² Priora entre 1739 e 1749 (reeleita três vezes).

honra da parente Santa (SANTOS, 1967, p. 271). Ainda neste contexto, nos anos seguintes, a priora adquire notáveis alfaías preciosas²³.

Em Maio de 1746, Soror Archangela, por desejo de ver canonizada a Princesa, solicita ao rei a sua participação neste desígnio. D. João V acede com 2.600.000 reis (MADAHIL, 1939, p. 285-286). Tudo se conjuga para prosseguir com a tentativa de canonização. O processo inicia-se em Maio de 1747, contudo, os atritos surgidos em 1755 entre Portugal e a Santa Sé, agravados pela expulsão dos jesuítas – entre os quais se contava Manuel de Azevedo, peça importante no andamento do processo junto da Cúria – levam a uma nova paragem e ao desinteresse progressivo na causa, que nunca chegaria a ser concluída.

O abrandamento da piedade popular, corolário inevitável do regime de terror instituído por Pombal e da propagação das ideias iluministas, desmotiva a participação da nobreza e do povo nas cerimónias religiosas (SANTOS, 1967, p. 356). No caso específico dos conventos dominicanos, o rigor da reforma Pombalina atinge os mais variados aspectos da vida conventual, reflectindo-se na organização interna do convento e no empobrecimento das demonstrações de piedade religiosa. A partir do último terço do século, as novas orientações pombalinas vão no sentido de controlar, simultaneamente, a excessiva religiosidade e limitar os gastos com as festas. É neste contexto que, em 1774, o reformador dominicano Frei João de Mansilha promulga legislação para os conventos da Ordem, incidindo esta, sobretudo, sobre comportamentos disciplinares (SANTOS, 1967, p. 341). Diversos aspectos são contemplados. Não quisemos deixar de registar alguns exemplos directamente relacionados com as festividades da Princesa, período durante o qual são cometidos todo o tipo de despesismo. Assim, e a título de exemplo, é imposta a obrigatoriedade dos oradores das missas festivas, habitualmente escolhidos pelas freiras entre os melhores de todo o país, passarem a ser seleccionados entre os dominicanos evitando assim remunerações desnecessárias. As elevadas somas gastas com a contratação de músicos seculares e eclesiásticos convidados a actuar na igreja são também cortadas, sendo retomada a tradição do canto gregoriano e da polifonia clássica. Mesmo esta, e para

²³ O Duque de Aveiro, falecido em 1745, foi sepultado em capela anexa ao coro baixo do convento de Jesus, junto da Princesa. Em virtude das regras dos conventos femininos não permitirem o enterramento de homens dentro da clausura, pensamos que esta excepção terá o seu fundamento na generosidade do Duque para com as religiosas de Jesus. Para além deste motivo havia algum resguardo quanto à clausura, uma vez que o túmulo se encontrava numa capela anexa à igreja e de acesso aos fieis e religiosos aquando das celebrações, sendo delimitado por um confessionário que deitava desta capela para o coro de baixo.

evitar comportamentos menos dignos e irrecomendáveis por parte dos músicos, é restringida apenas aos cantos das religiosas acompanhados de música (SANTOS, 1967, p. 350). Para além destas medidas restritivas, ligadas aos actos de culto, muitas outras tocam outros aspectos da vida conventual, especificamente durante o tríduo de Santa Joana²⁴ (SANTOS, 1967, p. 346).

Como seria de prever, a política generalizada de restrição de gastos reflecte-se, inevitavelmente, nas solenidades preparadas em honra da Infanta. A limitação dos orçamentos festivos ditada pelo poder central é acentuada pelas crescentes adversidades económicas com que se debate a comunidade. Por diversas vezes, a dificuldade em suportar os gastos com as festividades leva a Priora de Jesus a optar pela liquidação dos bens conventuais, ao mesmo tempo que procura auxílio junto da família real. É neste contexto que, em 1781, e em resposta a um pedido das religiosas, a Rainha D. Maria I concede ao convento um alvará autorizando a compra até 12.000 cruzados de foros e fazendas para o culto da Santa e outros objectivos (SANTOS, 1967, p. 321). Apesar de um inegável enfraquecimento do culto, ao qual não é alheio o empobrecimento do “espectáculo” barroco e o abrandamento da piedade popular, as relíquias da Infanta encerradas no túmulo, continuam a constituir um chamariz constante à igreja e à grade do coro-baixo. As freiras continuam a atender os pedidos de relíquias e a recolher as ofertas de ex-votos.

Já no início da centúria seguinte, o desinteresse pela participação nas festas da Infanta é de tal forma preocupante que a única solução vislumbrada é, mais uma vez, o auxílio régio. Em 1807, respondendo às solicitações da comunidade dominicana, D. João VI decreta a procissão “Real”, obrigando, com este gesto, a que o senado da Câmara e todas as entidades públicas participem neste acto de culto (SANTOS, 1967, p. 356). A Câmara passa a escolher os portadores do pódio e das principais insígnias, bem como o percurso da procissão. A fim de reforçar a participação do clero no evento, o prelado D. António José Cordeiro²⁵ publica em 1807

²⁴ Apenas a título de exemplo, deixamos aqui algumas das restrições postas em prática pelo referido reformador. Assim, era habitual, durante o tríduo de Santa Joana, as freiras providenciarem acomodações para os oradores convidados e as refeições serem melhoradas. Frei João de Mansilha regulamenta os gastos com a alimentação desses dias estabelecendo as ementas para os pregadores seculares, já que aos pregadores dominicanos ficam as religiosas proibidas de fornecer quaisquer jantares e ceias. A regulamentação abrange ainda as gratificações aos serviços de ordem espiritual aos vigários, confessores ou outros religiosos, nos dias de S. Domingos e Santa Joana.

²⁵ Bispo de Aveiro entre 1801 e 1813.



Fig. 9 – Pormenor do sebasto da casula - Lhama bordada a pontos de ouro.

um edital ordenando aos reverendos párocos e eclesiásticos da cidade que anualmente participem na procissão (Livro das pastorais dos Ex. Bispos de Aveiro – Livro I, p. 254-255). A Igreja encoraja ainda a população a procurar a protecção da Infanta para afastar a ameaça das invasões francesas, exacerbando as demonstrações de fervor religioso.

Apesar do empenhamento da comunidade religiosa e do esforço das priorosas em dar à festa de Santa Joana o antigo brilho, a situação política e social não ajuda a recuperar o empenho nas manifestações

públicas religiosas. A significativa quebra de rendimentos conventuais, acentuada a partir de 1820, e a quebra de donativos e ajudas à Igreja e aos conventos resultantes do generalizado anti-clericalismo, tornam difícil manter a opulência das festividades a que os aveirenses se haviam habituado. Por esta razão, em 1844, dez anos após a promulgação da lei que extingue as ordens religiosas masculinas e que dita a sentença de morte aos conventos femininos,²⁶ e num esforço de fazer persistir o esplendor do culto, a Câmara Municipal toma a seu cargo as despesas da procissão, para além do que lhe era devido pelo despacho de 1807 (SANTOS, 1967, p. 412). O compromisso assumido para com as festividades é visível nas actas das sessões da Câmara Municipal do Concelho desta cidade onde, na rubrica “Gastos com as festas de Santa Joana”²⁷, vêm discriminados os valores autorizados para o efeito .

A partir de então, as festividades continuam a fazer-se anualmente, como previsto, uma vez com maior brio por parte das instituições e da população, outras de uma forma mais contida. A tendência é, no entanto, para um progressivo declínio do mosteiro e da Diocese, que se reflectem na organização das solenidades. Em 1877, com a morte da última freira, o Convento de Jesus é dado como extinto. Num esforço de reavivar o culto da Infanta, mas igualmente para assegurar a posse dos objectos de culto, é criada nesse mesmo ano a Real Irmandade de Santa Joana. Cumpre-lhe honrar o compromisso, aliás assumido nos próprios estatutos, de organizar com o maior empenho e brio as festas em honra da Infanta (NEVES, 1958, p. 92-103). Doravante o empenhamento colocado na organização das festas acompanha o ciclo de vida da instituição, sendo mais evidente nos anos em que os festejos precedem a mudança de Mesa.

A preparação deste evento obriga a avultados gastos com a armação da igreja, paramentos e alfaias de culto, iluminações, participação de bandas de música, aquisição de junco para o percurso da procissão, flores, foguetes, entre outros, despesas que ultrapassam as possibilidades da Irmandade, sendo a Câmara Municipal de Aveiro quem financia o excedente dos custos. De entre todas as festividades organizadas pela Irmandade, a comemoração do 4^o centenário da morte da Infanta, em

²⁶ Lembremos a este propósito que, embora a lei de 1834, de Joaquim António de Aguiar, não tivesse extinto de imediato os conventos femininos, havia-os impedido de autorizar a entrada de noviças, considerando-se os conventos extintos a partir da morte da última freira. Em termos práticos, esta situação levou a um diferencial de cerca de 30 a 50 anos na extinção das instituições masculinas e femininas.

²⁷ A título de exemplo poderíamos referir os anos de 1844 com 51\$120; 1850/51, com 72\$000; 1851/52 com 60\$000, e finalmente o ano de 1852/53 com 120\$000. (SANTOS, 1967, p. 412).

1890, é, sem dúvida, um dos pontos altos desta instituição. Nesta data retoma-se, ainda que temporariamente, o antigo esplendor das festividades (SANTOS, 1967, p. 248, 473; Correio do Vouga, 1952, p. 1-4).

Em 1910, com a proclamação da República e a reposição das leis de Joaquim António de Aguiar, as religiosas da Ordem Terceira de S. Domingos, que haviam assumido a direcção do Colégio de Santa Joana Princesa, instalado no edifício do extinto convento, são obrigadas a deixar as instalações. O imóvel é entregue à Câmara quase um ano depois e, após grandes hesitações, convertido em Museu. Acompanhando a laicização da sociedade civil, a Irmandade, como tantas outras instituições de cariz religioso, perde o seu vigor, descurando algumas das suas obrigações e assumindo cada vez mais o papel de participante, ao invés de organizadora das festas. O revigoreamento da Irmandade só acontece após a restauração da Diocese de Aveiro, em 1938 (CERQUEIRA, 1959, p. 252)²⁸. D. João de Evangelista de Lima Vidal, agora designado como Bispo de Aveiro, preocupa-se em retomar a época de ouro das festividades, pelo que, só no ano de 1939, são ordenadas três grandes peregrinações ao túmulo da Princesa. No ano seguinte, ainda festejando a restauração da Diocese, as cerimónias presididas pelo Cardeal Cerejeira revestem-se de particular solenidade, seguindo o rito Joanino. (GASPAR, 1969, p. 136; Correio do Vouga, 1940, s.p.) Distinguem-se ainda as cerimónias de 1941, 42, 48 e 52, ano do 5º centenário do nascimento da Princesa.

Em 1959, às festividades da Princesa junta-se a comemoração do Milenário de Aveiro. Preside às festas o recém designado Bispo residente de Aveiro, D. Domingos da Apresentação. Confirmando o grande empenhamento de D. Domingos da Apresentação na reafirmação do culto à Princesa, nesse mesmo ano, são iniciados esforços no sentido de retomar o processo de canonização, suspenso desde meados do séc. XVIII. O empenhamento do Bispo, da Irmandade e da própria comunidade trazem de novo o encanto e brilho às evocações da Princesa, de tal forma que,

²⁸ De referir que a Diocese de Aveiro é criada pela primeira vez em 1774, por pedido de D. José I ao Papa Clemente XIV. Ainda em 1773, pedia o rei que, por ser demasiado extensa a Diocese de Coimbra, dela se desmembrasse a Comarca de Esgueira, para dela se formar um novo bispado, com sede em Aveiro. A nova Sé estabelece-se na Igreja da Misericórdia, sob a invocação de Nossa Senhora da Assunção. Esta instauração vem no seguimento de um plano de revalorização da região, segundo o qual o mesmo rei já havia elevado em 1759 a então Vila de Aveiro a Cidade, constituindo-a no ano seguinte em sede de provedoria. Acompanhando as medidas de ordem administrativa, o governo criava ainda incentivos ao desenvolvimento das indústrias do tecido e do vidro, não esquecendo a necessidade de assegurar o bom funcionamento da barra, para que o comércio não ficasse comprometido. A Diocese de Aveiro seria extinta em 1882 e só voltaria a ser restaurada em 1938.

em 1965, a Beata é elevada a padroeira da cidade e de toda a Diocese de Aveiro, em substituição da anterior Padroeira, Santa Ana.²⁹

Considerado o historial acabado de referir, seleccionámos as datas mais significativas do culto da Princesa, são elas:

- 1693 Edição do Breve de Beatificação da Princesa pela Santa Sé.
- 1694 Festa inaugural do culto oficial à Princesa e primeira procissão em sua homenagem.
- 1711 Cerimónias de trasladação das relíquias da Infanta para o novo túmulo.
- 1732 Regresso definitivo do 7º Duque de Aveiro, D. Gabriel Lencastre Ponce de Leon, a Portugal e a oferta ao convento de um elevado donativo para aplicação ao culto da sua parente, a Infanta D. Joana.
- 1781 Concessão feita pela Rainha D. Maria I ao convento de Jesus de um alvará autorizando a compra até 12.000 cruzados de foros e fazendas para servir o culto da Santa e outros objectivos.
- 1807 Promulgação do decreto que deu o estatuto de Real à procissão de Santa Joana.
- 1890 Comemoração do 4º centenário da morte da Infanta.
- 1940 Festejo simultâneo da restauração da Diocese de Aveiro e da festa em honra da Princesa, decorrido segundo o rito Joanino, com a presença do Cardeal Cerejeira.
- 1959 Associação da comemoração do Milenário de Aveiro às festividades da Princesa.
- 1965 Elevação da Princesa a padroeira da diocese e da cidade de Aveiro

Entre a tradição conventual e a disponibilidade financeira

Seleccionados os principais acontecimentos, pretendemos identificar a origem destas encomendas, nomeadamente do conjunto mais numeroso, aventando antes de mais a hipótese de se tratar de uma obra conventual paga a expensas das religiosas, como referiam algumas fontes anteriormente citadas. Começámos assim por tentar provar a existência

²⁹ Já desde o séc. XIX que, na diocese de Aveiro, o povo considerava a Infanta como Santa e, mais do que isso, padroeira da Diocese. Contudo, esta situação só viria a ser reconhecida pela Santa Sé no ano de 1965.

de uma tradição de produção têxtil e do bordado no Convento de Jesus, procurando concluir sobre a possibilidade de as peças terem saído dos teares e/ou bastidores das freiras de Jesus. É certo que desde a sua fundação, nos meados do século XV, e à semelhança dos restantes conventos femininos, o convento de Jesus de Aveiro apresentou recintos destinados à manufactura têxtil (SANTOS, 1967, p. 32) e ao labor. (MADAHIL, 1939, p. 40). A obrigatoriedade de criação destes espaços de trabalho teve os seus alicerces no espírito monacal de S. Bento, “Ora et labora”, segundo o qual o trabalho manual era valorizado enquanto forma de ocupação do espírito, nas horas deixadas livres pela oração.

O trabalho têxtil fazia, assim, parte do quotidiano conventual. A tecelagem destinava-se, em parte, a fornecer a matéria prima para a confecção da roupa de uso comum. Mas nem só os tecidos de uso comum eram produzidos nos teares conventuais. A necessidade de paramentar a igreja e capelas do convento, bem como de apetrechar outras igrejas dos seus padroados, exigiam a produção de tecidos mais ricos, muitas vezes bordados a seda ou metais preciosos (MADAHIL, 1939, p. 280-289)³⁰. Acompanhando o natural desenvolvimento da comunidade religiosa e a aquisição de novos padroados, a produção têxtil aumentou. (SANTOS, 1967, p. 31)³¹. A partir do século XVII, o barulho dos teares dentro de casa obrigou ao prolongamento das oficinas para a cerca (SANTOS, 1967, p. 36-37).

Todavia, a necessidade de ampliação das zonas de trabalho teve igualmente outros fundamentos. Terminado o Concílio de Trento, a Igreja procurou difundir as novas orientações conciliares por toda a Europa católica. A Igreja, reforçada no seu poder, pretendia dos fiéis uma atitude de submissão, servindo-se de numerosos mecanismos de actuação para o efeito, nomeadamente fazendo uso da arte como modo de atrair e sensibilizar os fiéis. A transmissão dos conteúdos programáticos tridentinos, feita de uma forma sedutora, convidativa e emocional, utilizava recursos que apelavam directamente aos sentidos, ainda que à linguagem imagética utilizada, pudessem estar associados simbolismos mais eruditos. Neste contexto, à medida que o culto ganhava uma dimensão de espectáculo, o investimento nas alfaias religiosas tornava-se prioritário.

³⁰ A obrigação de fornecer e renovar as alfaias dos respectivos padroados levava, nalguns casos, a graves desentendimentos entre ambas as partes chegando estas questões a resolver-se em tribunal.

³¹ Já no século XV, a sala de labor havia sido transferida para uma sala maior dada a insuficiência de espaço para o número de bastidores, mesas de corte e teares de mão que a comunidade exigia.

Domingos Maurício afirma ter sido nesta altura criada no convento de Jesus a célebre escola de bordados e matizes que, ao longo desse século e do seguinte, havia de afirmar-se em trabalhos da maior beleza³². Não sabemos se assim foi, mas certamente seria um percurso natural comum a muitos conventos.

Fruto das novas exigências tridentinas, o investimento feito pelas religiosas em paramentaria e alfaias têxteis sofre uma evolução. As normas administrativas do convento adaptam-se à nova realidade. A interdição da posse ou administração de bens particulares das religiosas pelas próprias, sem licença especial, sofre cada vez mais exceções, afastando-se do antigo preceito «*Quidquid monachus acquirat, monasterio acquiratur*». A partir do séc. XVIII, generaliza-se o costume das freiras averbarem a si pequenas tenças ou rendimentos para as suas necessidades religiosas. Uma parte substancial dessas verbas é aplicada em alfaias, reparações de altares, capelas ou festas litúrgicas e actos de culto de especial devoção. Para assegurar estas demonstrações de piedade, as freiras estabelecem para cada capela ou festa especial um património privativo, em tenças ou foros estáveis. Em muitos casos são instituídas mordomas ou juízas das solenidades que, para além de reunirem os recursos necessários à prática devocional, trabalham e investem afinadamente nas demonstrações de piedade, arranjando altares, imagens e alfaias (SANTOS, 1967, p. 60). Os paramentos e demais objectos têxteis, peças indispensáveis a estes cenários, não são por isso descurados.

No decorrer da vida conventual vão-se acumulando paramentos e alfaias têxteis associados ao culto dos santos invocados nas inúmeras capelas, oratórios ou simples altares espalhados por todo o edifício. Porque parte deste espólio foi mais tarde integrado na colecção do Museu de Aveiro, pareceu-nos importante examinar os restantes espécimes têxteis existentes, com proveniência do Convento de Jesus, por forma a compararmos a qualidade dos conjuntos da Infanta com outros paramentos conventuais. De facto, quando analisado esse grupo de peças, não encontramos mais nenhum conjunto tão completo e com o mesmo mérito de execução. As peças de maior qualidade existentes na colecção do Museu, e tradicionalmente atribuídas às religiosas do Convento de Jesus, são, na sua generalidade, peças avulsas ou pequenos conjuntos. Pensamos

³² Apenas um nome nos chega ligado a esta arte do bordado. Refere-o Frei Lucas de Santa Catarina, na sua *História de S. Domingos*. Diz o autor que Sórora Maria das Chagas (1649/1652) *se furtava ao sono para se aplicar no ornato e asseio do culto divino em que luzia muito o seu cuidado, por ser singular em obras de agulha, destra em debuxos e na inventiva deles*. (SANTOS, 1967, p. 155).



Fig. 10 - Pormenor do pano de estante - Lhama bordada a pontos de ouro.

mesmo que muitas serão provavelmente resultantes de dotes ou ofertas piedosas ao Convento. Aqui, uma vez mais se levanta a questão da atribuição da sua origem a um trabalho conventual, a qual se tem verificado não assentar em provas documentais, mas sim na tradição.

Em seguida analisámos a situação económica do convento em torno das datas anteriormente seleccionadas, fazendo igualmente o levantamento das acções mecenáticas em igual período, directamente relacionadas com o culto à Infanta³³.

Sobre este aspecto apurámos que, apesar da continuação da entrada de significativos dotes que acompanharam a chegada crescente de noviças ao Convento, as despesas com o sustento das numerosas religiosas e recolhidas, e as solicitações geradas pela aplicação do programa artístico pós tridentino aos espaços de culto, sobrecarregaram grandemente a comunidade religiosa já a braços com uma quebra de rendimentos provindos da administração dos bens imobiliários. Fontes documentais confirmaram a tomada de importantes medidas administrativas por parte das religiosas de Jesus, no sentido de controlar as receitas e despesas do convento, nomeadamente nos triénios de 1697/1699, 1699/1702, período coincidente com algumas das datas mais significativas do culto à Infanta.

Por outro lado, o levantamento feito das obras de enriquecimento do edifício e o engrandecimento das festas religiosas de que temos conhecimento, com todas as despesas inerentes, deixam-nos sérias dúvidas acerca da capacidade de a comunidade suportar ainda os elevados encargos que uma obra desta envergadura certamente implicaria.

³³ Este levantamento resultou na elaboração de um friso cronológico que contamos brevemente poder a vir publicar.

Ainda considerando a hipótese das religiosas terem encomendado os paramentos a bordadores ou oficinas externos ao convento, e tendo em conta o valor da encomenda, seria de esperar que a mesma obrigasse a um contrato notarial. Recorremos por isso ao Arquivo Distrital de Aveiro, onde foram analisados os *Livros de Actos e contratos e testamentos e mais actos admitidos por lei*. A ausência de referências quer a contratos para a realização de paramentos, quer a profissionais ligados à paramentaria que pudessem surgir citados como testemunhas intervenientes noutra tipo de actos registados, veio³⁴ corroborar os dados avançados na tese de doutoramento de Inês Amorim³⁵. De facto, no referido trabalho é total a ausência de alusões a ofícios associados à confecção de paramentos na Provedoria de Aveiro entre 1690 e 1714, o que nos leva a afastar a hipótese não só de se tratar de uma encomenda executada por mesteirais da Vila ou da provedoria de Aveiro, como de ter sido feito algum contrato em Aveiro, nesse período³⁶. Fica no entanto em aberto a possibilidade de esse mesmo contrato, a existir, ter sido celebrado noutra cidade.

³⁴ A história dos ofícios e da sua evolução revela-se um importante recurso para o estudo da economia e sociedade portuguesas, na medida em que esta acompanha as necessidades e exigências de uma clientela em constante mudança, obrigando à inovação técnica, à utilização de novas matérias primas e criação de novas tipologias de peças.

A regulamentação da vida corporativa é da responsabilidade das instituições camarárias, mas sujeita à aprovação do poder régio. Assim, cada município redige normas de funcionamento para os diversos ofícios existentes na sua jurisdição, com excepção de alguns princípios gerais que, por consensuais, são extensivos a todo o país (LANGHANS, 1946, p. xix). Lisboa, excepcionalmente, possui os seus *regimentos* compilados numa mesma obra, permitindo-nos uma leitura geral do seu funcionamento e possibilitando-nos o reconhecimento de um maior número de actividades mecânicas associadas à matéria têxtil. Estes regimentos que irão manter-se em vigor até ao terramoto de 1755, dão-nos a conhecer as normas disciplinares comuns a todos os ofícios mecânicos, designadas de *posturas gerais*, bem como os conteúdos específicos exigidos a cada profissão. No que respeita às posturas específicas dos regimentos, estas explicitam as regras referentes ao controlo de qualidade da matéria prima e execução do trabalho e estipulam, ainda, as condições de concorrência e as penalizações para as infracções cometidas. De entre os diversos ofícios associados ao trabalho com têxteis, os ofícios de *bordador ou broslador* e de *vestimeteiro* mereceram-nos, para este estudo, uma especial atenção, uma vez que se encontram directamente ligados à confecção da paramentaria e alfaias religiosas têxteis.

³⁵ Obra citada no capítulo respeitante às fontes impressas consultadas para este trabalho.

³⁶ O desenvolvimento da produção e actividade mesteiral têxtil na região de Aveiro acompanha os progressos e recuos da economia regional. Durante o domínio filipino (1580-1640) a Vila atravessa tempos difíceis que deixam o sector produtivo e comercial muito debilitados (AMORIM, 1996, p. 553). O clero e a nobreza assumem então o protagonismo dando prioridade à exploração agrícola. Durante um período de quase dois séculos, o Ducado de Aveiro é quem administra uma vasta zona envolvente à Vila o que parece justificar o fraco investimento do Estado no sector produtivo. O desenvolvimento industrial só começa a ser significativo após a extinção do Ducado e da Casa de Aveiro.

À procura do encomendante

Colocámos, então, a hipótese de se tratar de uma doação ducal ou de um generoso patrocínio régio.

Relativamente à primeira hipótese, sabemos que o Duque de Aveiro, D. Gabriel de Lencastre, residente em Madrid, a fim de poder tomar posse dos bens da Casa de Aveiro e do título de Duque de Aveiro³⁷, havia regressado definitivamente a Portugal em 1732. Esta alteração de residência e o juramento de fidelidade a D. João V, haviam sido as condições impostas pela coroa portuguesa para reaver os referidos bens e título. Sabemos igualmente que, apesar de se ter instalado no seu palácio em Lisboa, o Duque de Aveiro sempre se interessou pela Vila de Aveiro, sendo especialmente generoso com a Misericórdia e outras instituições religiosas, entre as quais o Convento de Jesus, onde se encontrava sepultada a sua tia Santa. Por esse mesmo motivo pediu o Duque que, após a sua morte, o seu corpo fosse conduzido à Vila de Aveiro e sepultado no Convento de Jesus, no lugar próximo à sepultura da Santa Princesa, o que aconteceu a 8 de Julho de 1745, ficando o seu corpo na capela de Sto. Agostinho, junto ao comungatório. A este propósito, “(...) Determinou a Madre Soror Archangella Maria do Baptista, Priora actual, que em atenção da fineza de querer o dito Senhor ser sepultado neste convento e das merces que lhe fes dando-lhes os lampiões que estão no tumulo da

Assim, e na reforma dos regimentos de 1727, são referidos os ofícios de tecelão, tecedeira e tintureiro, sendo ainda citados, nas “taxas gerais para os oficiais e mais mesteres que não têm regimento particular...”, os siereiros. Não existe qualquer referência a bordadores ou vestimenteiros (AMORIM, p. 445).

Entretanto elevada a cidade por alvará de D. José I (1759), Aveiro passa a ter um papel administrativo acrescido sendo, simultaneamente, centro de Comarca, Provedoria e Diocese. Só então é evidente o interesse de Pombal em assumir o controlo da região, investindo no seu desenvolvimento. A par das vicissitudes políticas, com a reabertura da barra, o porto de Aveiro adquire uma enorme importância permitindo o desenvolvimento do comércio marítimo, no qual os produtos têxteis têm, desde sempre, um lugar de destaque (MARTINS, 1989, p.39). As feiras mantêm-se os pontos de comércio mais significativos acabando Aveiro por funcionar como um entreposto comercial redistribuidor da mercadoria chegada por mar, fazendo a ligação entre o Porto, Coimbra e Viseu. (AMORIM, 1996, p. 636)

A par do desenvolvimento comercial, floresce a actividade oficial. Em 1769, com uma nova organização dos regimentos não se regista qualquer entrada na área têxtil. Pensamos pois ser praticamente certa a inexistência destes ofícios na provedoria de Aveiro.

³⁷ Lembremos a este propósito que, desde 1663, os duques de Aveiro residiam em Espanha, após D. Raimundo de Lencastre, 4º Duque de Aveiro, se ter aliado à Casa de Áustria, sendo-lhe concedido pelo rei de Espanha, o título de Duque de Ciudad Real. Nessa altura, em Portugal os seus bens e títulos são confiscados, situação que se mantém relativamente aos seus descendentes.

dita Santa (...) se lhe fizesse um officio de lições e missa em cada um ano no dia 8 ou 9 de Julho, e esta obrigação dever ser prepétua, como todas as mais dos benfeitores.(...)”³⁸.

Se o conjunto de paramentos tivesse sido uma oferta do Duque ao Convento, não deveriam os mesmos ser referênciados a par dos lampiões de prata? De facto, a ausência de referência a um investimento de tão grande envergadura leva a crer que a mesma não terá ocorrido. Todavia, seria necessário consultar o enorme manancial de fontes, nomeadamente os livros de despesas e receitas da Casa de Aveiro, para podermos ver confirmada tal suposição.

Quanto à hipótese de oferta real, sabemos como o monarca D. João V, movido por um ardente zelo, se empenhou em incentivar o culto dos Santos, entre estes da Beata Joana, a qual dava um enorme crédito à família real. Para além disso, desde cedo os reis tinham por diversas vezes mostrado o seu empenhamento na causa da Princesa, mostrando a sua generosidade ao pagar obras de vulto como a oferta do túmulo ou o suposto financiamento da fachada barroca do Convento. Assim sendo, e perante as restantes hipóteses que temos de alguma forma vindo a afastar, não deixa de ser a possibilidade mais viável. Seja como for, em ambos os casos tal execução seria certamente confiada a oficinas de Lisboa ou mesmo estrangeiras (italianas no caso do rei e possivelmente espanholas no caso do Duque de Aveiro), já que esses constituíam os circuitos de fornecimento habituais destes dois “grandes”.

Existe ainda a possibilidade, menos verosímil, de se tratar de uma oferta de um qualquer outro mecenas que não os acima referidos.

Em conclusão, podemos deixar as seguintes notas:

O conjunto em lhama surge referido em todas as listagens e inventários do antigo convento ou dos seus fiéis depositários até à criação do Museu, sendo inquestionável a sua existência a partir de 1859. Por outro lado, as suas características técnicas e materiais situam-no entre finais do séc. XVII e o decorrer do séc. XVIII. Determinante parece ser o por menor referido na descrição das cerimónias de trasladação das ossadas da Princesa para o novo túmulo (1711), na qual se refere a utilização de um pátio de seis varas. (MADAHIL, 1939) Sabemos assim que o pátio de oito varas pertencente ao conjunto não estaria ainda a uso nessa ocasião e, do mesmo modo, o restante conjunto. Desta forma ficariam eliminadas

³⁸ “Clareza do enterro do illustrissimi (sic) e excelentissimo Duque de Aveiro” (MADAHIL, 1939, p. 287).

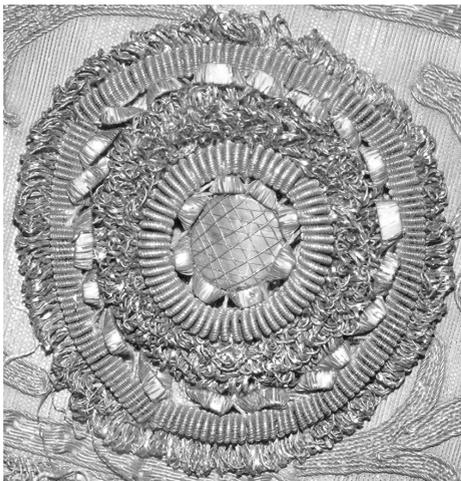


Fig. 11 - Pormenor do centro do laço de pálio.

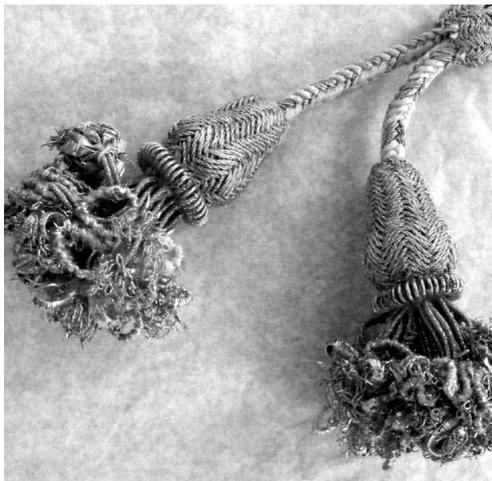


Fig. 12 - Borlas do manípulo.

as datas anteriores a 1711. Por outro lado, tendo em conta os elevados recursos que a partir da década de 40 são canalizados para a perseguição do processo de canonização da Princesa, e consideradas as posteriores restrições decorrentes das reformas pombalinas, com Frei João de Mansilha, parece-nos mais lógico apontar para o período de maior desafogo económico, balizado entre 1711 e 1740.

Finalmente, como tentámos demonstrar, a falta de capacidade económica do convento, onerado com despesas significativas resultantes das diretrizes tridentinas, e a inexistência de outros conjuntos de qualidade comparável ao conjunto de lhama na colecção do museu, faz-nos crer ser pouco defensável a hipótese de se tratar de um trabalho pago e/ou realizado no próprio Convento de Jesus. Pelo contrário, todas as informações recolhidas parecem secundar a possibilidade de se tratar de uma encomenda exterior ao Convento, possivelmente resultante de uma oferta ducal ou real, e por isso realizada numa oficina de Lisboa ou mesmo espanhola ou italiana. A hipótese de uma doação régia continua a parecer-nos a mais plausível. Todavia, carecem as provas documentais.

Quanto ao conjunto em seda canelada, constatámos a sua ausência nas listagens de 1859 e 1888, 1922 e 1942 e nos catálogos das diversas exposições. Das datas mais significativas na história do culto, posteriores a 1942, a de 1959 parece-nos uma hipótese fortemente provável. Lembramos o facto do Bispo de então ser um fervoroso impulsor do culto da Princesa. As comemorações deste ano, coincidentes com as festividades do milénário de Aveiro, tiveram especial significado e importância para a cidade, reflectindo-se num grande empenhamento da

Igreja e do poder civil na preparação das festividades. A grandeza das demonstrações de culto poderá ter obrigado à necessidade de paramentar um número acrescido de religiosos, levando a ampliar o conjunto de lhamas existente com novos elementos necessários. Coincidentemente o novo bispo era um homem de elevada estatura, o que poderia justificar que a capa do conjunto agora encomendado tivesse de sofrer alterações para aumentar a sua altura.

Bibliografia

- ALARCÃO, Teresa; CARVALHO, José Alberto Seabra – *Imagens em Paramentos Bordados: Séculos XIV a XVI*. Lisboa: Instituto Português de Museus, 1993.
- ALMEIDA, Fortunato de – *História da Igreja em Portugal*. Porto: Portucalense Editora, 1967. 2 Vols.
- ALMEIDA, M. Lopes de – *História de S. Domingos*. Porto: Lello & Irmão Editores, 1977. 2 Vols.
- ALMEIDA, M. Lopes de – *Artes e Ofícios em documentos da Universidade*. Coimbra: [S.n.], 1970. vol. 1.
- ALVES, Natália Ferreira – “Nótula para o estudo da Paramentaria Bracarense no séc. XVIII”. *Revista da Faculdade de Letras*. Porto: Universidade do Porto. Vol. 8, II série (1991), p. 307-317.
- ANDRADE, Arsénio Sampaio de – *Dicionário histórico e Biográfico de artistas e técnicos portugueses*. Lisboa: [s.n.], 1959.
- AMORIM, Inês – *Aveiro e a sua Provedoria no séc. XVIII (1690-1814): Estudo económico de um espaço histórico*. Coimbra: Centro de coordenação da região Centro, 1996.
- “AS FESTAS EM HONRA DA SANTA JOANA”. *Correio do Vouga* (22 de Junho de 1940) [s.p.].
- “AVEIRO, UMA DAS REGIÕES MAIS BELAS E COLORIDAS DE PORTUGAL: AS FAMOSAS PROCISSÕES DE AVEIRO”. *Eva*. (Novembro de 1965), [s.p.].
- BARREIRA, Manuel – *A Santa Casa da Misericórdia de Aveiro: poder, pobreza e solidariedade*. Aveiro: Santa Casa da Misericórdia de Aveiro, 1998.
- BASTO, A. de Magalhães – *Documentos e Memórias para a História do Porto: Apontamentos para um Dicionário de Artistas e Artífices que trabalharam no Porto do séc. XV ao Séc. XVIII*. Porto: Câmara Municipal do Porto, Gabinete de História da Cidade, 1964. Vol. 33.
- BASTOS, Carlos – *Origens e Evolução da Indústria Têxtil em Portugal*. Porto: [s.n.], 1950.
- BASTOS, Carlos – *Arte Ornamental dos Tecidos*. Porto: [s.n.], 1954.
- BELINQUETE, José Martins – *As carmelitas em Aveiro – ontem e hoje*. Aveiro: Edições Sinai, 1996.
- DUPONT – AUBERVILLE, – *Art Industriel – L'ornement des Tissus*. Paris: [s.n.], 1877.

- GARCIA, Pilar Benedito – “A colecção de ornamentos litúrgicos da catedral de Santiago de Compostela”. *Santiago: a esperança (Gelmires)*. Santiago de Compostela: Junta da Galiza, 1999. p. 171-177.
- GARCIA, Pilar Benedito – “A colecção de ornamentos litúrgicos”. *Santiago: San Paio de Altares*. Santiago de Compostela: Junta da Galiza, 1999. p. 247-252.
- GARCIA, Pilar Benedito – “A indumentária litúrgica”. *Santiago: San Martiño Pinario*. Santiago de Compostela: Junta da Galiza, 1999. p. 423-429.
- BORGES, Nelson Correia Borges – *A arte nas festas do casamento de D. Pedro II. Lisboa*. 1687. Porto: Paisagem Editora, [s.d.].
- BRAGA, Alberto Vieira – *Administração seiscentista do Município Vimaranesense*. Guimarães: Câmara Municipal de Guimarães, 1956.
- CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO: RELATÓRIO DE GERÊNCIA DE 1965*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro. 1965.
- CARVALHO, A L. de – *Os mesteres de Guimarães*. [S.l.]: Ministério da Educação Nacional, [s.d.].
- CASTRO, Armando de Castro – *Privilégios dos cidadãos da cidade do Porto*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1987.
- CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DE ARTE RELIGIOSA NO COLLEGIO DE SANTA JOANA PRINCEZA EM BENEFÍCIO DOS POBRES DE AVEIRO*. Aveiro: Minerva Central, 1895.
- CATÁLOGO ILLUSTRADO DA EXPOSIÇÃO RETROSPECTIVA DE ARTE ORNAMENTAL PORTUGUEZA E HESPANHOLA CELEBRADA EM LISBOA, EM 1882*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1882. 2 vols.
- CATÁLOGO DA EXPOSIÇÃO DISTRITAL DE AVEIRO PROMOVIDA PELO GRÉMIO MODERNO EM 1882*. Porto: Imprensa Comercial, 1883.
- CERQUEIRA, Eduardo – “Apontamentos sobre antigas procissões de Aveiro”. *Aveiro e o seu Distrito*. Aveiro: Junta Distrital de Aveiro. n.º. 4 (1967), p. 39-54.
- CERQUEIRA, Eduardo – “O Milenário de Aveiro e o bicentenário da sua elevação a cidade”. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Coimbra editora. Vol. 25 (1959), p. 247-266.
- CHRISTO, António – *Mil anos de História, efemérides aveirenses*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1959.
- CHRISTO, António; GASPAR, João Gonçalves – *Calendário Histórico de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1986.
- C.I.E.T.A. – *Vocabulário Português de Técnica Têxtil*. Trad. Maria José Taxinha. Lyon: [s.n.], 1976.
- COELHO, Dom António – *Curso de Liturgia Romana*. Braga: Mosteiro de Singeverga, 1941.
- CORREIA, Vergílio – *Livro dos Regimentos dos Officiaes Mecanicos da Mui Nobre e Sepre Leal Cidade de Lixboa (1572)*. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1926.
- DEVOTI, Donata – *L' arte del tessuto in Europa*. Milano: Bramante Editrice, 193.

- DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA ARTE EM PORTUGAL: ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA: POSTURAS DIVERSAS DOS SÉCULOS XIV A XVIII.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1969, n.º 2.
- DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA ARTE EM PORTUGAL: ARQUIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS: COLÉGIOS DE COIMBRA, PORTO, BRAGANÇA, BRAGA, GOUVEIA: COMPANHIA DE JESUS.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1969, n.º 3.
- DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA ARTE EM PORTUGAL: ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO: NÚCLEO DE PERGAMINHOS E PAPÉIS DO SÉC. XVII.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1969, n.º 6.
- DOCUMENTOS PARA A HISTÓRIA DA ARTE EM PORTUGAL: ARQUIVO HISTÓRICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA: DOCUMENTOS DOS SÉCULOS XV A XIX.* Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian. 1975, n.º 14.
- FREITAS, Melo – *Feixe de motivos por que na parte nobre do convento de Jesus d’Aveiro se deve instalar um museu districtal ou municipal.* Aveiro: Campeão das Províncias, 1911.
- GASPAR, João Gonçalves – “Os Bispos de Aveiro e o culto de Santa Joana”. *Aveiro e o seu Distrito.* Aveiro: Junta Distrital de Aveiro. n.º 7 (1969).
- GASPAR, João Gonçalves – *A Diocese de Aveiro: subsídios para a sua história.* Aveiro: Cúria Diocesana de Aveiro, 1964.
- GUERRA, Luís de Bívar – *Inventário e sequestro da Casa de Aveiro em 1759.* Edições do Arquivo do Tribunal de Contas, 1952.
- GOMES, José Manuel Pereira Ribeiro – *Paramentaria Religiosa.* [S.l.]: Departamento de liturgia e património cultural da Diocese de Bragança-Miranda. Comissão de Arte Sacra, 1996.
- GOMES, João Augusto Marques – *O Convento de Jesus: Memória Histórica Comemorativa do 4º Centenário da Princesa Santa Joanna.* Aveiro: [s.n.], 1890.
- GOMES, João Augusto Marques; VASCONCELLOS, Joaquim de – *Exposição Districtal de Aveiro em 1882: Relíquias da Arte Nacional.* Aveiro: Grémio Moderno, 1883.
- GOMES, João Augusto Marques – *Exposição Districtal de Aveiro promovida pelo Grémio Moderno em 1882.* Porto: [s.n.], 1883.
- GOMES, João Augusto Marques – *Exposição de arte Religiosa no Collégio de Santa Joanna Princesa em benefício dos pobres de Aveiro.* Aveiro: [s.n.] 1895.
- GOMES, João Augusto Marques – *História do Museu Regional.* Aveiro: [s.n.], 1921.
- GOMES, Marques – “Museu Regional de Aveiro”. *Ilustração Moderna.* Porto: Edições ilustradas Marques Abreu, 1926. n.º 1 (1 de Maio de 1926), p. 14-16; n.º 2 (Junho de 1926), p. 38-41; n.º 3 (Julho de 1926), p. 62-63; n.º 5 (Setembro de 1926), p. 118-120.
- GONÇALVES, António Nogueira – *Inventário Artístico de Portugal: Distrito de Aveiro zona-sul.* Lisboa: Academia Nacional de Belas Artes, 1959. Vol. 6.
- GONÇALVES, António Manuel – *Roteiro do Museu de Aveiro.* Aveiro: [s.n.], 1960.
- GONÇALVES, António Manuel – Alberto Souto e o Museu de Aveiro. *Actas do II Colóquio Portuense de Arqueologia.* Porto: [s.n.], 1963. p. 1-19.

- GONÇALVES, António Manuel – “Introdução ao Museu de Aveiro”. *Museus para quê*. Lisboa: Associação Portuguesa de Museologia, 1976. p. 175-180.
- LANGHANS, Franz-Paul – *As corporações dos ofícios mecânicos- subsídios para a sua história*. Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1946.
- LANGHANS, Franz-Paul – “Oficial examinado”. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas editoriais, 1968. vol. 3, p. 195.
- LANGHANS, Franz-Paul – “Ofícios”. *Dicionário de História de Portugal*. Lisboa: Iniciativas editoriais, 1968. Vol. 3, p. 196.
- LIMA, Jaime de Magalhães – “O Sr. Marques Gomes e a sua obra capital: A Organização do Museu Regional de Aveiro”. *Ilustração Moderna*. Porto: Edições ilustradas Marques Abreu, n.º 5 (Setembro 1926), p. 109-111.
- MACEDO, Borges de – *A situação económica no tempo de Pombal*. Lisboa: Moraes Editores, 1982.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha – *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana Filha Del Rei Dom Afonso V* (códice Quinhentista). Aveiro: Prof. Francisco Ferreira Neves, 1939
- MADAHIL, António Gomes da Rocha – “A Bula de Pio II, de 16 de Maio de 1461: Dia deo et Ecclesi Desideria”. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Coimbra Editora. Vol. 33 (1967), p. 81-92.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha – “Constituições das Ffreyras do Bem Aventurado Nosso Padre Sam Domingos da Ordem dos Pregadores”. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Coimbra Editora. Vol. 16 (1950), p. 282-316.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha – “Constituições que no século XV regeram o Mosteiro de Jesus, de Aveiro, da Ordem de S. Domingos”. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Coimbra Editora. Vol. 17 (1951), p. 67-79.
- MADAHIL, António Gomes da Rocha – *Colectânea de Documentos Históricas: 1581-1792*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1968. Vol. 2.
- MARTINS, Júlio de Sousa – *Feira de Março através dos tempos*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1989.
- MORAES E SILVA, António – *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typographia de M. P. de Lacerda, 1823.
- MOTA, Maria João – *Da colecção à musealização: Paramentos e alfaias da festa da Princesa Santa Joana*. Lisboa, 2002. Dissertação apresentada na Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias para a obtenção do grau de Mestre em Museologia.
- MOURA, Carlos – “O limiar do barroco”. *História da Arte em Portugal*. Lisboa: Alfa, 1986. vol. 8.
- MUSEU CALOUSTE GULBENKIAN – *Tecidos da Colecção Calouste Gulbenkian*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1978.
- MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO – *Paramentos*. Coimbra: [s.n.], 1973.
- NEVES, Amaro – “INVENTÁRIO DAS ALFAIAS, PARAMENTOS, JOIAS E DEMAIS OBJECTOS DE CULTO, QUE FORAM DO CONVENTO DE JESUS, ESCOLHIDOS E

DESIGNADOS PELO REVERENDÍSSIMO VIGÁRIO GERAL DO BISPADO E ENTREGUES PELAS SENHORAS RECOLHIDAS NO MESMO CONVENTO, POR DEPOSITO À REAL IRMANDADE DE SANTA JOANA PRINCEZA, EM CONFORMIDADE COM A PORTARIA DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ECLESIÁSTICOS E DE JUSTIÇA DE TRINTA DE MAIO DE 1887". *A Real Irmandade de Santa Joana Princesa e os seus Inventários Artísticos*. Águeda: ADERAV, 1987.

NEVES, Amaro – “TERMO DE INVENTÁRIO. AOS TRINTA E UM DIAS DO MEZ DE DEZEMBRO DE MIL OITOCENTOS OITENTA E OITO N’ESTA CIDADE D’AVEIRO E SACRISTIA DAS SESSÕES DA VENERANDA REAL IRMANDADE DE SANTA JOANNA PRINCEZA ESTANDO PRESENTE O PRESIDENTE EXCELLENTÍSSIMO COMMENDADOR E BACHAREL MANÚEL JOSE MARQUES DA SILVA TAVARES E THESOUREIRO JOÃO PEDRO SOARES E AOS VOGAIS ANGELO DA ROSA LIMA, JOSÉ GONÇALVES GAMELLAS, JOÃO AUGUSTO MARQUES GOMES, DAVID DA SILVA MELLO GUIMARÃES E TOMÉ PEREIRA VEIGA E BEM ASSIM AS SENHORAS RECOLHIDAS NO EXTINTO CONVENTO DE JESUS, EXCELLENTÍSSIMA DONA MARIA INEZ CHAMPALIMAUD DUFF E DONA MARIA JOSÉ MONTEIRO SOARES D’ALBERGARIA, COMIGO ALIPIO ANTERO DE CARVALHO, SECRETARIO, A FIM DE SE PROCEDER AO INVENTARIO DAS ALFAIAS, PARAMENTOS, JOIAS E MAIS OBJECTOS DE CULTO, PERTENCENTES À MESMA REAL IRMANDADE, LOGO PELAS DITAS SENHORAS FORAM APRESENTADOS TODOS AQUELLES QUE SE ACHAVAM SOB SUA GUARDA, NA CONFORMIDADE DO ARTIGO QUARENTA E OITO DA LEI DA REFERIDA IRMANDADE, AS QUAES COMEÇARAM A DESCREVER-SE PELO MODO SEGUINTE = (INVENTÁRIO, 1888).” *A Real Irmandade de Santa Joana Princesa e os seus inventários*. Águeda: ADERAV, 1987. p. 113-132.

NEVES, Francisco Ferreira – “A fundação do Convento de Jesus, de Aveiro”. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Coimbra Editora. Vol. 24 (1958), p. 199-216.

NEVES, Francisco Ferreira – “Subsídios para a História do Museu de arte em Aveiro”. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Coimbra Editora. Vol. 41 (1975), p. 241-260.

NEVES, Francisco Ferreira – “O processo informativo de 1687 para a beatificação e canonização da princesa Santa Joana, filha do rei D. Afonso V”. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Coimbra editora. Vol. 25 (1959), p. 3 e 81.

NEVES, Francisco Ferreira – “O primeiro processo para a beatificação e canonização da princesa Santa Joana, filha de D. Afonso V”. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Coimbra editora. Vol. 24 (1958) p. 3 e 81.

PEIXOTO, Rocha – *A Terra Portuguesa*. Porto: [s.n.],1897.

PEIXOTO, Rocha – “Museus Regionais”. *Revista de Portugal*. Porto: [s.n.],1890. vol. 3, p. 184-194.

PINHEIRO, Margarida – *Crónica da Fundação do Mosteiro de Jesus, de Aveiro, e Memorial da Infanta Santa Joana Filha Del Rei Dom Afonso V*. Leitura, revisão e prefácio de António Gomes da Rocha Madahil. Aveiro: ed. de Francisco Ferreira Neves, 1939.

QUADROS, Rangel de – *Apontamentos históricos: aveirenses notáveis*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 2000.

- QUADROS, Rangel de – *Apontamentos históricos, III: festividades municipais*. (trabalho polycopiado). Biblioteca do Museu de Aveiro.
- RAMOS, A. Jesus – *O Bispo de Coimbra D. Manuel Correia de Bastos Pina*. Coimbra: Gráfica de Coimbra, 1996.
- REIS, Henrique Duarte e Sousa – “Manuscritos inéditos da Biblioteca Pública Municipal do Porto”. *Apontamentos para a verdadeira história antiga e moderna da cidade do Porto*. Porto: Biblioteca Municipal do Porto, vol. 1, II série, n.º 3 (1984) p. 216.
- “REVESTIRAM-SE DO MAIOR BRILHANTISMO AS FESTAS DA CIDADE E DO V CENTENÁRIO DE SANTA JOANA PRINCESA”. *Correio do Vouga*. (17 de Maio de 1952) p. 1 e 4.
- ROCCA, Sandra – *Dizionario Terminologici Supplettille Ecclesiastica*. Firenze: Centre di Firenze, 1981.
- RODRIGUES, Maria João – *Inventário e descrição dos paramentos. S. Roque: a Capela de S. João Baptista e as suas colecções*. Lisboa: INAPA, 1988, p. 161-228.
- RODRIGUES, Maria João – *Museu de S. Roque: Tecidos*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, [s.d.].
- RUIZ, Mimoso – *Mosteiros reais*. Lisboa: [s.n.], 1905.
- “SANTA JOANA E O MUSEU DE AVEIRO”. *Notícias de Portugal*. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação (23 de Julho de 1955).
- SANTOS, Domingos Maurício Gomes dos – *O Mosteiro de Jesus de Aveiro*. Lisboa: Ed. Companhia de Diamantes de Angola, 1967. 6 vol.
- SARTORE, Domenico (dir.) – *Nuevo Diccionario de Liturgia*. Madrid: [s.n.], 1984.
- SILVA, Maria João Violante Branco Marques da – *Aveiro Medieval*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, 1997.
- SIMÕES, A Filipe – *A Exposição Retrospectiva de Arte Ornamental Portuguesa e Hespanhola em Lisboa: cartas ao Director do «Correio da Noite»*. [s.n.], 1882.
- SOUSA, Fernando [et al.] – “O Arquivo Municipal de Aveiro”. *Boletim Municipal de Aveiro*. Aveiro: Câmara Municipal de Aveiro, n.º 6 (1985), p. 15-75.
- SOUSA, Frei Luís de – *História de S. Domingos*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: [s.n.], 1977.
- SOUTO, Alberto – *Museu de Aveiro: notícia sumaríssima*. Aveiro: [s.n.], 1926.
- SOUTO, Alberto – “Museu Nacional de Aveiro: sua criação e seu edifício”. *Arte e Arqueologia*. Coimbra: [s.n.], Ano I, n.º 3 (1930) p. 170.
- SOUTO, Alberto – “No 5º centenário do nascimento da Princesa- Infanta Santa Joana”. *Arquivo do Distrito de Aveiro*. Coimbra: Coimbra Editora. Vol. XVIII (1952), p. 246 e 247.
- TAXINHA, Maria José, e GUEDES, Natália Correia – *O Bordado no Trajo Civil em Portugal*. Lisboa: Secretaria do Estado da Cultura, Direcção Geral do Património Cultural, 1975.
- TEIXEIRA, José de Monterroso – *Triunfo do Barroco*. Lisboa: Fundação das Descobertas, 1981.
- VASCONCELLOS, Joaquim de – “Aveiro: objectos notáveis do Museu regional”. *Arte Religiosa em Portugal*. Porto: Emilio Biel & C.ª – Editores, 1914/15. Vol. 1
- VITERBO, Sousa – *Artes e artistas em Portugal*. Lisboa: Livraria Ferin Editora, 1920.
- VITERBO, Sousa – “Documentos sobre várias indústrias Portuguesas”. *O Instituto*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 1917. Vol. 64.

Fontes manuscritas

Arquivo do Museu de Aveiro

AOS VINTE DIAS DO MEZ DE OUTUBRO DE MIL NOVECENTOS E VINTE E DOIS, NESTA CIDADE DE AVEIRO E SÉDE DO MUSEU REGIONAL SE LAVROU ESTE TERMO DE ABERTURA DO PRESENTE LIVRO QUE VEIO SERVIR PARA O INVENTÁRIO DOS OBJECTOS EXPOSTOS NO REFERIDO MUSEU E NA IGREJA DAS CARMELITAS DELE DEPENDENTE (1922). Aveiro. Fotocópia de manuscrito.

AUTO DE ABERTURA DA DESCRIÇÃO E AVALIAÇÃO DAS ALFAIAS E MAIS OBJECTOS PRECIOSOS, PERTENCENTES AO CONVENTO DE JESUS DE AVEIRO (1859). Museu de Aveiro. Fotocópia de manuscrito.

INVENTÁRIO ADDICIONAL DE UNS ARMÁRIOS PERTENCENTES AO EXTINCTO CONVENTO DE JESUS d' AVEIRO (1880). Museu de Aveiro. Fotocópia de manuscrito.

INVENTÁRIO DAS IMAGENS, PARAMENTOS, ALFAIAS, E OUTROS MÓVEIS PERTENCENTES AO CONVENTO DE JEZU DE AVEIRO (1874). Museu de Aveiro. Fotocópia de manuscrito.

INVENTÁRIO DO MUSEU DE AVEIRO (1942). Museu de Aveiro. Dactiloescrito.

SOUTO, Alberto – *Apontamentos*. Fotocopia de apontamentos manuscritos sobre o Museu de Aveiro. Aveiro: 1925-1953.

Arquivo Distrital de Aveiro (A.D.A.)

Livros de Actos e contratos e testamentos e mais actos admitidos por lei.:

Liv. 180-24 (11.06.1690 / 15.03.1691) Manuel de Matos Girão (notário)

Liv. 181-25 (05.04.1691 / 07.02.1692) Manuel de Matos Girão (notário)

Liv. 182-26 (19.05.1691 / 24.10.1691) António da Silva(notário)

Liv. 183-27 (26.06.1695 / 20.12.1695) Domingos João de Macedo (notário)

Liv. 211 (08.01.1707 / 14.05.1708) Francisco Lopes dos Santos (notário)

Liv. 212-46 (15.01.1707 / 05.04.1707) Domingos João de Macedo (notário)

Liv. 213-45 (18.04.1707 / 08.09.1707) Domingos João de Macedo (notário)

Liv. 214-47 (23.11.1707 / 25.10.1709) Manuel de Azevedo Botelho (notário)

Liv. 215-48 (29.08.1708 / 20.12.1709) Manuel Correia da Fonseca (notário)

Liv. 216-50 (27.10.1709 / 10.06.1711) Manuel de Azevedo Botelho (notário)

Liv. 217-49 (29.12.1709 / 26.11.1710) Manuel Correia da Fonseca (notário)

Liv. 218 (16.12.1710 / 27.12.1711) Francisco Lopes dos Santos (notário)

Liv. 219 (02.07.1711 / 05.03.1712) Manuel de Azevedo Botelho (notário)

Liv. 220 (03.08.1711 / 05.03.1713). Manuel Correia da Fonseca (notário)